



**PESQUISA COM CRIANÇAS MOÇAMBICANAS:
ÉTICA, CONSTRUÇÃO E RELAÇÕES**

***Research with Mozambican children:
ethics, construction and relationship***

Marina Di Napoli Pastore
Docente no curso de Licenciatura em Terapia Ocupacional do Instituto Superior de Ciências de
Saúde, Maputo, Moçambique
E-mail: marinan.pastore@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v.2, n.13, p. 245-266, jul./dez. 2021

ISSN 2447-9837

RESUMO:

No âmbito do debate sobre ética na pesquisa com crianças, este artigo busca apresentar uma discussão a partir de experiências de pesquisas realizadas entre os anos de 2014 e 2018 em comunidades localizadas ao sul de Moçambique. Sob uma perspectiva relacional e de criação de vínculos, este artigo objetiva refletir sobre vivências e partilhas, ampliando o debate sobre consentimento, assentimento e participação. A reflexão sobre os processos é apresentada a partir de narrativas e cenas, em que as crianças são chamadas ao cerne do discurso. Por fim, consideram-se as crianças e suas vozes no momento do fazer pesquisa e na devolutiva, processos essenciais para um percurso que se considera ético e se disponibiliza a olhar a criança como agente participativo e participante.

PALAVRAS-CHAVE:

Pesquisa com crianças. Ética na pesquisa. Moçambique. Etnografia.

ABSTRACT:

In the context of the debate on ethics in research with children, this article seeks to present a discussion based on research experiences conducted between the years 2014 to 2018 in communities located south of Mozambique. From a relational perspective and the creation of links, this article aims to reflect on experiences and sharing, expanding the debate about consent, nod and participation. The reflection on the processes is presented from narratives and scenes, in which children are called to the heart of the discourse. Finally, children and their voices are considered at the time of research and in the return, essential processes for a path that is considered ethical and is available to look at the child as a participatory and participant agent.

KEYWORDS:

Research with children. Ethics in research. Mozambique. Ethnography.



INTRODUÇÃO

Adultos nem sempre oferecem às crianças uma escuta atenta e interessada. Isso vale frequentemente para o campo acadêmico, sendo raras as indicações de que são consideradas parte do campo socioantropológico de temáticas em análise. Ao longo dos últimos anos, os estudos das infâncias têm dialogado com as crianças e construído, em suas perspectivas, narrativas cujo percurso ético as considera como sujeitos de direitos e agentes participativos. Escutá-las, validar o que têm a dizer, o que e como contam suas observações, afetações e o que produzem são pressupostos que passam a permear as discussões recentes que envolvem as pesquisas com crianças (PIRES, 2007; COHN, 2013; PUNCH, 2015; TISDALL; PUNCH, 2012; SEN, 2019).

Este trabalho parte do encontro casual e contínuo com crianças moçambicanas, desde o ano de 2012. O objetivo deste artigo é apresentar as vivências e reflexões éticas em pesquisas sobre as crianças e infâncias ao sul de Moçambique e trazer ao cerne do debate outros caminhos a serem explorados no fazer pesquisas com as crianças moçambicanas.

Foi em um encontro despretenso, a partir de um trabalho social em uma ONG na cidade da Matola, em Maputo, Moçambique, que os caminhos da pesquisa começaram a se mostrar. Não foi, porém, de forma despretenso que as relações se mantiveram, e tampouco é assim o modo como venho compreendendo o fazer pesquisa com/sobre/para crianças: há que se pensar em percursos éticos que as considerem enquanto sujeitos de direitos e deveres, participantes e participativas, dentro de lógicas, saberes, racionalidade e culturas contextualizadas, próprias, e que necessitam do encontro e da presença para ganharem forma, conteúdo, expressão, expressividade, liberdade, contornos.

Ao assumir as crianças como produtoras de culturas e colaboradoras ativas desse processo, inscrevo uma ética relacional de valorização da criança, de seus valores e de suas expectativas. Nessa ética, a relação dialógica, ancorada na teoria freiriana, permite a construção de conhecimento em relações horizontais entre as pessoas nele implicadas (FREIRE, 1987).



Na relação dialógica é preciso se colocar perante a criança enquanto pessoa, em uma relação de democratização do poder, em que o pesquisador vai se “identificar com a criança sem perder sua individualidade, buscando com as crianças as propostas para suas inquietações de ‘existir no mundo’. Fazendo a história com a criança” (FREIRE, 1989, p. 13). Nestes processos de encontros e pesquisa, foi necessária uma ação crítica, criativa, reflexiva e participativa de ambas as partes – pesquisador e criança.

Ao fazer emergir tais questões, partindo de estudos etnográficos multissituados e longitudinais (MARCUS, 1995), este artigo aborda os procedimentos éticos em pesquisas com crianças moçambicanas localizadas ao sul de Moçambique durante os anos de 2014 a 2018, em pesquisas realizadas presencialmente.

Um dos pontos importantes a serem destacados é que essas investigações se ancoraram nos princípios éticos da ABA; e, compreendendo ser esta uma pesquisa realizada em dois países¹, foi preciso buscar também o comitê ético que rege as pesquisas em ciências humanas e sociais em Moçambique².

A construção deste artigo apresenta as narrativas e vivências com as crianças em reflexões sobre ética, com dados produzidos em campo e em análise posterior, através de relações plurais que implicaram suas perspectivas enquanto as de seres políticos, ativos e agentes de suas histórias e de seus percursos, que desvelam dimensões culturais significativas, além de implicações econômicas e sociopolíticas.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Segundo o último censo realizado em Moçambique (2017), o número total de habitantes é de 27.909.798 (aumento populacional de 35% comparado ao último censo de 2007, num total de 7.277.398 pessoas), com predominância do sexo feminino

¹ Pesquisas inseridas dentro de Programas de Pós-Graduação da UFSCar e da UFPB, Brasil, e pesquisa de campo em Moçambique.

² O departamento de sociologia da Universidade Eduardo Mondlane e o UNICEF Moçambique criaram, em 2017, um Curso de Curta Duração em Ética na Pesquisa Social, do qual participei já na primeira turma, e cujo objetivo principal foi “capacitar acadêmicos e profissionais que actuam no campo da pesquisa social para gerir de forma ética todo o processo, desde o desenho da investigação até a publicação e divulgação dos resultados” (UNICEF, 2017, s/p).



(52% dos habitantes totais). Com relação à idade, 53.1% da população é constituída por crianças, consideradas de 0 a 17 anos e 11 meses de idade. Ou seja, Moçambique é um país jovem, cuja maior parte da população é constituída por crianças na faixa etária entre 0 e 10 anos (INE, 2019).

Moçambique é um país localizado ao sul do continente africano, na chamada África Austral. É constituído por uma superfície de 833.128km² e tem densidade demográfica de 33,5. O país é composto por onze províncias, sendo a Cidade de Maputo a capital.

Dentre as províncias, três compõem as pesquisas realizadas neste estudo: Cidade de Maputo, Província de Maputo e Inhambane, todas localizadas ao sul do território moçambicano. O total do número de habitantes das províncias é de 1.120.867 habitantes na cidade de Maputo, 1.968.906 na Província de Maputo, e 1.488.676 habitantes em Inhambane. O número de habitantes por localização ainda não foi divulgado oficialmente, havendo estimativas, que serão trazidas a seguir. Dentre suas comunidades, três foram escolhidas para que a pesquisa fosse desenvolvida: Mabutine, na Cidade de Maputo; Matola A, na Cidade da Matola – Província de Maputo; Nhandlovo, no distrito de Massinga, na Província de Inhambane.

Em todos os lugares, a relação construída se deu ao longo do tempo, dos anos; através de relações e criação de vínculos com as crianças, seus responsáveis, seus entornos, e da disposição a estar com elas e a compreender os modos como viviam, estavam e brincavam. A contextualização dos lugares e o reconhecimento desses espaços foram essenciais, bem como o meu papel como pesquisadora.

Era comum as pessoas ainda desconhecidas (por mim, ou vice-versa), me chamarem de *mulungu*³, e logo eram repreendidas pelas crianças ou mesmo os adultos, que diziam “*ih-na milungu. Ih pssoa*” que, em changana, significava “ela não é mulungu. Ela é pessoa”. Como afirma Pires (2010), resalto que meu intento era ser assimilada pelas crianças como alguém de confiança,, e pelos adultos como um alguém que poderia estar presente e fazer parte daquele cotidiano. A ética na pesquisa também

³ *Mulungu* é um termo em *changana*, língua materna moçambicana, que significa branco. É usada para se referir ao estrangeiro.



passa pelo reconhecimento que as crianças dão à pesquisadora e pelas formas como compreendem o fazer pesquisa.

Na Matola, eu tinha então meu papel colocado: era mana Marina, que fazia pesquisa com as crianças. No final de 2014, Nhanguito disse que eu não poderia mais ser chamada de Marina, pois “esse é seu nome do B.I. Seu nome agora é Marlen, que é seu nome de casa”. Na época colonial, os nomes registrados e que seriam levados no B.I. (bilhete de identidade) seguiam uma regra segundo os nomes portugueses permitidos, e nomes fora de uma lista que havia nos cartórios não eram permitidos. Isso fazia com que as pessoas acabassem tendo dois nomes: o do registro, geralmente português, e o de casa, que remetia aos antepassados e ancestrais e era escolhido em rituais. Quando eu recebo um nome de casa, eu ganho um estatuto não apenas de qualquer pessoa, mas de uma pessoa de casa, que tem história, tem família e é assim conhecida.

De 2014 aos tempos de agora, a pesquisa também só foi possível pelos vínculos firmados com as crianças, com os adultos e com as famílias. Em Mabutine, em grupos que realizei no projeto Munthi Wa SwiVanana (um projeto social, de cunho educacional na comunidade que existe desde 2013), passei da “tia” colaboradora a “tia Marina”, que estava com as crianças e as “deixava desenhar do jeito que queremos”. Estar ali só foi possível pelo vínculo que criei com os professores do departamento de sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, cuja fundadora, a professora Nair Teles, permitiu minha participação. Desde então, tenho ido e estado com o grupo de crianças que acompanhei desde 2014 e que foram entendendo também o meu papel ali.

Assim, foi no campo e pelo fazer em campo que passei de um status de mulher a Marlen, de alguém sem história e com posição de superioridade a alguém contextualizado, situado, numa posição de horizontalidade, dentro do possível na pesquisa. Em conformidade com esse status, fui incorporando os modos de ser e estar, e as questões políticas, culturais, históricas, econômicas e éticas que permeiam o estar em relação, principalmente em uma pesquisa com crianças.



“É PERTENCENDO QUE SE COMPREENDE”: FAZER PESQUISA É MAIS QUE APENAS PERGUNTAR E OBSERVAR

Ao longo dos anos, nas mais diversas pesquisas que realizei com as crianças em Moçambique, aprendi que o vínculo era o principal fator para estar e continuar nos espaços que me foram ofertados. Foi pelo vínculo, também, que pude desbravar novos espaços e continuar uma pesquisa, mesmo que à distância. O vínculo foi o responsável pela minha participação e pela participação das crianças e de seus familiares nos percursos que foram trilhados.

Em 2014, ao perceber que a ONG na Matola havia fechado, o primeiro sentimento foi de desacreditar. “E agora, terei que ir embora?” – era meu questionamento. Em um momento em que paro para respirar, escuto algumas crianças dizerem: “não é a tia Marina?”. E, ao me virar, vejo-as acenando em minha direção. As crianças me explicaram que a ONG estava fechada e que a escola primária estava funcionando, que eu poderia ir até lá. Uma das mães, Virginia, passa e diz “estou indo lá, te levo”; e, antes que eu pudesse perceber, estava reconhecendo as ruas e as pessoas. Cheguei à escola e fui recebida por duas professoras com quem trabalhei na ONG, Lucia e Emilia. Foram elas que me apresentaram ao diretor, com a frase “nós a conhecemos. Ela é das nossas. Podes ouvir o que tem a dizer”. O então o diretor me recebeu, escutou sobre a pesquisa e em tom amigável, me disse “se as professoras, mães e crianças te conhecem, quem sou eu para negar”.

Para poder estar com as crianças foi preciso que elas validassem a minha pessoa como alguém confiável, e, depois, que minha pesquisa fizesse sentido. Após ter o apoio delas, fui buscar o dos professores, reconhecendo a escola como um ponto de encontro, e de suas famílias. O vínculo e as relações que foram criadas se tornaram o ponto de apoio e continuidade para as buscas e construção dos dados.

Em Mabotine, a relação também foi se estabelecendo a partir das idas e permanências no projeto e na constante relação com as crianças nos espaços da comunidade. Com o avançar do tempo e a ideia de também realizar o campo da pesquisa lá, passei por algumas etapas de validação: o aceite da coordenadora do projeto, o aceite das crianças, depois dos pais das crianças e, por fim, da associação dos mora-



dores, que representavam um grupo de moradores responsáveis pelas decisões coletivas. Na Matola, o processo também passou por uma validação das crianças e seus familiares, da escola e dos professores e, antes de iniciar formalmente a pesquisa, pela ciência do chefe de comunidade e do secretário do bairro.

Em Moçambique, nas comunidades em que pesquisei, há uma hierarquia tradicional que deve ser considerada nos momentos em que se vai a campo. O chefe de quarteirão é um cargo dentro da Constituição da República de Moçambique, compreendido como um chefe comunitário que representa as quarenta casas em que se constitui um quarteirão. Esse chefe é nomeado pelo presidente do Conselho Municipal, e seu mandato tem duração de 5 anos; ele é subordinado do secretário do bairro, e também deve residir no quarteirão de sua responsabilidade. Dentro de suas funções, estão dinamizar os trabalhos no quarteirão; realizar reuniões com os moradores e chefes de dez casas (a cada dez casas, um chefe é nomeado para facilitar o entendimento e concentrar as questões referentes ao seu aglomerado habitacional), visando a solucionar os problemas que atingem as famílias e a comunidade; acolher sugestões e contribuições dos moradores sobre melhoria do quarteirão e levar ao secretário do bairro, entre outras. Deve ser morador do quarteirão há, no mínimo, dois anos e meio, ter mais de 25 anos de idade e prestar contas aos moradores trimestralmente, e ao secretário do bairro mensalmente (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2012).

O secretário do bairro é um cargo, de igual modo, contido na Constituição da República de Moçambique, e a pessoa que exerce tal posição tem a função de líder comunitário, que responde a questões políticas, sociais e de mobilizações. É eleito por indicação do partido que está no governo. Para ser eleito, tem que ser morador do bairro há, pelo menos, cinco anos, ter mais de 30 anos de idade e ter nacionalidade moçambicana. Dentre suas competências estão dirigir e controlar as atividades do bairro; garantir a construção e manutenção das infraestruturas do bairro; garantir o horário de comércio do bairro; divulgar as leis, deliberações e outras informações sobre o município para os moradores do bairro; garantir a ordem e a segurança do bairro; entre outras (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2012).

Se nas áreas urbanas, a permissão para iniciar a pesquisa seguia ordens de relações e hierárquicas, em Nhandlovo (área rural), não era diferente. Em 2018, du-



rante o campo do doutorado, o processo de permissão se deu de forma diferenciada e mais complexa: não era apenas estar ali, era preciso que a minha vivência ali, junto com a pesquisa, fosse validada e permitida pelos chefes tradicionais e autoridades locais, para que, então, eu pudesse estar com as crianças. Passei por alguns chefes tradicionais, durante um período de quinze dias, a saber: chefe das dez casas; chefe de quarteirão; chefe da comunidade; chefe da célula; chefe da localidade. O processo foi longo e foi preciso trabalhar com paciência.

Após as formalidades, eu estava apta a estar com as crianças. Em cada espaço, o consentimento inicial para poder estar ali e para, depois, realizar a pesquisa se deu de forma particular, mas, em todos, foi preciso “pedir licença”. Por pedir licença compreendo, aqui, que é a primeira relação que estabeleci com as pessoas, com os lugares e com a convivência, antes mesmo de falar da pesquisa. Em um diálogo com seu Carlos (2018), chefe da localidade de Guma, em Nhandlovo, ele me disse que havia vários tipos de fazer pesquisa e de ser pesquisador, e um fato chamou atenção:

como é estrangeira, íamos pedir a credencial. Mas como sabemos onde você está, que é a casa do seu Bento dentro do povoado, se ocorrer algo na comunidade, mesmo se for depois assim, sabemos aonde ir para recorrer. Não há problema, pode fazer tudo que desejar (CARLOS, 2018).

Pedir licença foi a primeira coisa a se fazer; depois, ser reconhecida pelas crianças como potencial pesquisadora e, então, poder dialogar com elas e negociar a participação ou não na pesquisa. Passei por uma atenção e averiguação dos pais, professores e, então, chefes diversos das comunidades. Pesquisar com crianças em Moçambique leva a uma constatação importante e que requer do pesquisador um cuidado especial: a criança em Moçambique nunca é um ser único, individual, mas coletivo e em comunidade (COSTA 2004, 2009; PASTORE, 2015).

Se ao vivo e presencialmente era assim, a lógica virtual não escapava tanto, embora a ordem fosse outra: primeiro a autorização das mães, depois das crianças. Então, fazíamos ligações para conversar, e, se elas achassem que “tá bem, vou te ajudar com o TPC” (tarefa para casa), as entrevistas ocorriam. Tiveram momentos de muitos silêncios, de não atendimentos às chamadas, de brincadeiras que não eram comigo. Mas, como “com pressa não se chega a lugar nenhum”, compreendi que o



tempo da pandemia só corre para nós; as crianças iam achando jeitos e tempos próprios, e ética na pesquisa é também isso: validar e respeitar os tempos todos...

Após as permissões, as crianças me permitiram participar dos momentos com elas. Elas foram me chamando para algumas atividades do seu cotidiano, como ajudar a lavar pratos, comer, brincar, ir ao rio, fazer TPC, estudar, dormir. Mas não eram em todos os momentos que elas me deixavam participar.

Certa vez, quando estava com as crianças a caminho do rio, em Nhandlovo, Paixito (11 anos) e Basílio (10 anos) conversavam sobre um pássaro chamado “verve”. Falavam em matsua⁴ e, quando questionei sobre o que conversavam, disseram-me que era sobre a história de um pássaro, em seguida retornando a falar em matsua. Quando questionei sobre o que era a história, eles me disseram que “é mais engraçada em matsua. Em português não faz sentido”, e não traduziram. Esse fato não foi isolado, e as crianças, por várias vezes, contavam segredos em língua que eu não entendia ou falavam sobre coisas que eu não acessava. Em um episódio semelhante, Gina (7 anos) brincava com sua tia Manzura (16 anos), e, quando passei, elas riram e falaram algo em changana, mas que verbalizava meu nome. Ao perguntar sobre o que falavam, responderam “se fosses para saber, falaríamos em português”.

Ao pontuar aquilo que eu podia participar, como estar presente nos diálogos e nas brincadeiras, mas não fazer parte deles, as crianças expressavam seus desejos e vontades, e até incômodos, com o ser pesquisadora e com as dinâmicas dessa relação. As crianças exerciam seu poder de escolha e de participação na pesquisa, bem como eu. Luciana Hartmann (2015) discute sobre as performances das crianças em atos narrados e como a escolha pela tradução, ou não, pode ser compreendida como modo de desenvolver sua responsabilidade e independência, assumindo a responsabilidade por aquilo que o pesquisador alcança. A nós, pesquisadores, cabe a leitura do sutil e da delicadeza de compreender esses hiatos e não insistir quando as crianças verbalizam o não, em suas mais variadas formas.

No percorrer com as crianças, compreendi que não era tão simples participar: era preciso pertencer. Do mesmo modo era com os chefes das comunidades. As hierarquias existem, são validadas, e precisei passar pela autorização de cada um:

⁴ Língua materna falada na região.



primeiro das crianças, depois dos pais ou responsáveis, do chefe das dez casas, chefe do quarteirão, chefe da comunidade, secretário do bairro, chefe da localidade... O permitir é mais que o sim ou não inicial: é compreender toda uma lógica interna, cultural, da qual as crianças não estão por fora. Ética na pesquisa com crianças é também validar isso, e esperar. “O tempo é quem mostra. Tenha calma, com pressa não se faz nada”, foi o que mais ouvi nos primeiros dias em cada uma das comunidades.

Estar em uma pesquisa com crianças requer de quem pesquisa o entendimento e a compreensão do sensível, assim como a aceitação de que, em muitos momentos, as crianças não querem um adulto no meio de suas brincadeiras. Dialogando com Pires (2007), ser adulta e pesquisar crianças é passar por relações em que há uma autoridade colocada, mas que, muitas vezes, é negociada e considerada de acordo com os interesses também das crianças. Por exemplo, quando elas queriam brincar no rio ou com fogo, era preciso que tivesse um adulto perto, e, nesses momentos, eu sempre era convidada para a brincadeira; mas, em momentos em que as crianças faziam algo mais perigoso e arriscado, e que, possivelmente, alguém que não fosse da mesma faixa etária que elas não faria, como subir numa árvore, eu era deixada de lado. “Espera lá que já havemos de voltar” era a frase que eu mais escutava nestes momentos.

Esse consentimento que as crianças nos dão de poder participar não significa participar o tempo todo. Há outros momentos em que elas nos convidam a brincar, mas não que isso signifique brincar com elas. Nas pesquisas de campo realizadas de forma presencial, constantemente as crianças me chamavam para brincar com elas e, a depender da brincadeira, eu era o alvo a ser perseguido ou com quem elas se escondiam junto. Na pesquisa virtual, as crianças me convidavam para vê-las brincar e, em um dado momento, desapareciam do alcance da minha visão – diversas vezes havia sido esquecida ou deixada ali, enquanto elas foram fazer outras coisas. Os métodos que escolhemos também acabam por permitir aproximações mais constantes ou nem tanto com as crianças, o que se torna também desafio ao pesquisador.

Todo esse processo, que também foi se desenvolvendo no campo e produzido pelo campo, faz parte de como tenho conduzido a pesquisa. Tenho atentado para um modo sensível de fazê-la, no qual a relação com as pessoas e a criação de vínculos



passa por todas as partes, e em que a relação de pesquisador-pesquisado passa a ser, também, de pessoa-pessoa. A dialogia e a polifonia estiveram presentes em todo o momento, multiplicando os sentidos das observações e os estilos das representações (CANEVACCI, 2013).

Quando passei a pertencer, as crianças me chamavam para diversos eventos, o que me possibilitou estar em vários ambientes, como festas de casamento, de aniversários, eventos sociais, entre outros. Na pesquisa virtual, as crianças passaram a pedir para jogar comigo, ou mesmo desenhar; havia aquelas que me ligavam para saber como havia sido minha semana e se eu tinha contraído o vírus. De participante de uma pesquisa, elas passaram a me entender, em um período determinado de tempo, como alguém que pertencia ao seu cotidiano e com quem era possível fazer diversas trocas. As mães e famílias também validaram esse papel, o que tornou as aproximações mais constantes.

Manuela Ferreira (2010) tem discutido o quanto a pesquisa com crianças passa por um entendimento e uma permissão maiores que o consentimento de participar e permitir essa participação, mas sim por um assentimento, isto é, quando as crianças visualizam o pesquisador como parte daquilo que vem sendo desenvolvido e validam essa relação. Fazer pesquisa e contar com uma linha ética, para além do consentimento, é compreender que o aceite inicial não é o único que tem que ser levado em conta, e que, no caso das crianças, há sutilezas e delicadezas dos pesquisadores que devem estar presentes, não forçando as situações ou agindo de maneira distinta do que foi pedido.

Um desses exemplos pode ser imaginado caso eu insistisse para as crianças me traduzirem o que falavam em changana ou em matsua. Mas compreendi, no fazer do campo, que quando falavam em suas línguas maternas, era exatamente para eu não participar, e insistir seria um modo de romper o que me foi permitido e o que não foi, quase como que “vir, ir embora e não dizer nada a ninguém”, ou mesmo ultrapassar o limite que foi me dado. De igual modo, quando as crianças nos contam segredos, o que fazemos com eles? Os meus ficaram guardados ou viraram vento, mas foi quase um dilema comigo mesma. Ética na pesquisa é compreender o valor do contado e do pedido, explícito ou nas entrelinhas, e saber que palavra dita não volta atrás.



Foram com essas pesquisas que aprendi que consentir é diferente de assentir. Assentir foi quando as crianças voltaram do rio correndo e me buscaram, pois “estávamos brincando e lembramos que a tia tinha que brincar junto”, enquanto consentir foi quando as crianças permitiram a minha presença ali, mas as falas em changana não me deixaram participar: “ah tia, é que estamos a falar de si. Quando puderes ouvir, havemos de falar em português. Acalma”. Ética na pesquisa com crianças é conseguir captar as sutilezas – às vezes nem tão sutis –, e esperar.

É preciso que consideremos as crianças e suas falas, silêncios, vivências, famílias, histórias, culturas, sonhos e medos. É atender para o que nos é mostrado e para o que é escondido. É, através da etnografia, possibilitar um encontro e fazer, do fazer sensível, uma realidade. Ética envolve respeito, compromisso, trocas e valores que, estando dispostos, aprendemos com as crianças e seus entornos.

Os caminhos trilhados no mestrado, doutorado e pós-doutorado têm tentado dialogar com as crianças e suas especificidades a partir de um entendimento sócio-histórico e cultural, em que as histórias passada e presente do país são consideradas. Compreender a etnografia como a arte do encontro, fazer sensível, é considerar todos os vieses que permeiam os cotidianos das crianças, debruçar-se sobre histórias passadas e presentes e sobre a construção de histórias futuras, narradas e vivenciadas pelas crianças – e não só.

Ir ao encontro de outrem é acessar aquilo que nos é permitido, num diálogo constante que, muitas vezes, não ocorre em palavras: são sinais, são “sumiços”, são os “não” ditos e não ditos, são olhares. Fazer pesquisa com crianças é atender-se ao todo, naquele momento individual, e pensar o coletivo. Um dos fatos importantes é considerar que a vida comunitária permeia a vida das crianças moçambicanas com as quais trabalho, e, se pretendo fazer uma pesquisa ética, preciso atender-me a isso.

A ética na pesquisa vai além do “sim”, do “não” e da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido – livre e esclarecido para quem, numa sociedade em que o português, embora língua oficial, não é falado pela maioria e em que a oralidade tem mais valor? O que é assinar um papel que não se sabe nem ao certo o que diz? Em 2014, nos primeiros movimentos da pesquisa, escutei Januar, com 11 anos, me dizer “tia, se você diz que quer saber sobre nós e que, no Brasil, acham que somos



explorados, por que o que eu te digo não vale? Assim, por que tem papel? O que dizemos não basta?” Essa indagação não foi isolada e me fez questionar para quem e para que criamos termos – não seria mais fácil usarmos da palavra?

Em um trabalho com crianças, cabe ao pesquisador atentar e cuidar destas questões que estão permeando e perpassando a pesquisa em todos os momentos. Em diálogo com essa tese, foi necessário “inverter o olhar e conhecer a realidade social a partir da infância e das crianças” (FERREIRA, 2010, p. 154). Temos que pensar não apenas em metodologias participativas, mas em formas alternativas de consentimentos que as crianças compreendam e com as quais se sintam à vontade para questionar; formas que validem seus entendimentos e contextos, principalmente em sociedades em que a oralidade é a principal via de comunicação.

Um dos principais desafios encontrados está, talvez, na pesquisa em tempos pandêmicos, com as inovações ético-metodológicas. Para além da forma como pensamos o consentimento, outras situações acabam interferindo na relação pesquisador-criança, como a mediação de algum adulto, geralmente a mãe, nas entrevistas realizadas; os fatores de acesso e acessibilidade; as traduções e transcrições de questionários respondidos por escrito; quais crianças acessam essa forma de fazer pesquisa e quais são aquelas que ficam de fora; como fazer com que as crianças que têm menos acesso às tecnologias e à internet não fiquem de fora não apenas das pesquisas, mas das infâncias pesquisadas? Embora não tenha resposta para tais apontamentos, penso como as situações interferiram na pesquisa do pós-doutorado e, conseqüentemente, nos modos como os dados foram analisados e transcritos.

Fazer pesquisa em tempo de caos é compreender as nuances sensíveis e os diversos modos de participação ou exclusão de crianças e infâncias. Há um cuidado que deve ser pensado sobre o consentimento, assentimento, participação e pertencimento. Luciana Hartmann nos coloca que “esse olhar, contemporâneo, sensível, inclusivo e politizado é que permite que criemos estratégias metodológicas adaptadas aos contextos específicos nos quais nós e nossos alunos vivemos e nos relacionamos” (HARTMANN, 2015, p. 235-236).

Pensar uma investigação participativa, como tem sido feito nos últimos anos os estudos com infâncias e crianças, não significa, de fato, caracterizá-la como partici-



pativa e, de igual forma, ver as crianças (e os adultos) como participantes. A pesquisa, em todos os lugares em que ocorreu e nas formas como aconteceu, foi conversada, acordada e autorizada, em uma busca, com as crianças, de viagens, imaginação, criação e transformação. Tratou-se de fazer-se presente não apenas em escrita, mas em diversos jeitos de participar e pertencer.

O DEBATE SOBRE ÉTICA, CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO

Estar em uma pesquisa com crianças requer de quem pesquisa o entendimento e a compreensão do sensível. É preciso entender que, em muitos momentos, as crianças não querem um adulto no meio de suas brincadeiras, por mais que este adulto não seja como a maioria dos adultos que convivem com elas e exercem uma autoridade sobre elas (GAIVA, 2009; PRADO, 2018).

Dialogando com Pires (2010), ser adulta e pesquisar crianças é passar por relações em que há uma autoridade colocada, mas que, muitas vezes, é negociada e considerada de acordo com os interesses também das crianças. Como já exemplifiquei, quando as crianças queriam brincar no rio ou com fogo, era preciso que tivesse um adulto perto e, em brincadeiras assim, eu sempre era convidada; mas, em momentos em que as crianças queriam fazer algo mais arriscado, que alguém mais velho não faria, como subir numa árvore, eu era deixada de lado.

Estar numa pesquisa relacional e com crianças é compreender, também, que o consentimento de estar com elas não significa estar o tempo todo. A presença deve ser negociada com as crianças a todo momento da relação, bem como com os adultos responsáveis (NUNES, 1999; THOMAS; O'KANE, 2006; FERNANDES, 2016).

Por mais que a relação com as crianças, em sua maioria, decorra desde 2012, o contrato verbal e consensual de estar com elas era constantemente refeito, revisto, reavaliado e, muitas vezes, recomeçado. Do mesmo modo era com os seus pais, seus familiares, professores, diretores, chefes de quarteirão, de comunidade, e todos os envolvidos nas comunidades e na vida das crianças.

Na pesquisa, também foi importante perceber que a relação contratual sem-



pre exerce uma relação de poder, por mais que a intenção de quem pesquisa não seja essa (como não era a minha, no caso). Mas o fato de ser estrangeira, branca, mulher, em uma pós-graduação e fazendo pesquisa sobre aquelas realidades instituía um poder e uma posição diferenciada. Foi preciso negociar essas posições e poder fazer uma reflexão sobre o lugar da pesquisa, das pessoas; uma reflexão minha enquanto pesquisadora e sobre o que aquilo trazia para as comunidades (NUNES, 2003, 2011).

De igual modo, foi necessário refletir sobre o que a minha presença trazia para as pessoas que a aceitavam: uma noção de poder perante os demais; a possibilidade de fazer uso da minha presença para acessar espaços não-permitidos, como as reuniões dos chefes superiores ou mesmo das crianças no rio; a percepção de que, quando eu estava presente, os professores não faziam uso de força física com as crianças, o que me fazia ser convidada constantemente para assistir aulas com elas; a diminuição do trabalho nas *machambas*⁵ quando o sol estava forte, porque eu não tinha condicionamento para elevadas temperaturas, entre outras situações.

A relação de pesquisa é sempre de interesse, que pode se dizer mútuo. Embora o objetivo aqui não seja o de estender tais questões, sinto que seja importante ressaltar que fazer pesquisa etnográfica, com trabalho de campo e técnicas associadas, requer uma reflexividade de quem a faz, cuidando para não cair em um jogo de inocência e de superioridade, bem como para que haja uma relação de igualdade entre pesquisador e pesquisado.

O lugar no campo e nas relações deve ser sempre negociado, repensado e baseado em reflexões e nas relações, constituindo uma ética na pesquisa que se inicia no pensar do projeto e vai adiante. Por ser um processo de pesquisa de longa duração, com nuances e amplitude de lugares e olhares, foi preciso uma reconsideração conceitual, como afirmam as autoras Denise Dias Barros e Esmeralda Celeste Mariano (2019, p. 4): “em meio a percepções fugidias que encontram ancoradouro mais seguro em linguagens complementares como é aqui o campo das imagens em contextos etnográficos. [...] Parte do trabalho conceitual não poderia prescindir do esforço de partilha sensível e imagética”.

⁵ *Machamba* é um termo em *changana* que se refere às plantações. Geralmente, são plantações de agricultura familiar, de subsistência.



Canevacci (2013, p. 76) defende que, quando um determinado contexto de pesquisa “exprime uma multiplicidade de mensagens e de fontes, se deve desenvolver um método adequado, isto é, que multiplique os pontos de vista, de observação, levantamento e transcrição do objeto”. Pactuando com essa ideia, Barros e Mariano escrevem que

a construção da reflexão pela construção de narrativas fílmicas, fotográfica ou desenhada permite a composição e a justaposição, também, na escrita, pluraliza o texto e amplia os campos de aproximações entre etnografias realizadas em temporalidades e espacialidades distintas (2019, p. 3).

Estar ancorado com as permissões éticas e teóricas não significa fazer, na prática, uma pesquisa ética. Roriz e Padez afirmam que “a etnografia é uma conversa sustentada com outros, que inclui o diálogo, a observação e a participação ao longo de um período de tempo” (2017, p. 86). Ou seja, é necessário colocarmos em evidência as particularidades da etnografia e do modo como conduzimos a pesquisa, uma vez que, segundo os autores, “toca diretamente a forma como produzimos conhecimento” (BARROS; MARIANO, 2019, p.3).

Quando buscamos as relações éticas na pesquisa etnográfica, é preciso ter em mente que é algo emergente, que surge na prática, no decorrer da investigação. Para os autores, os “dilemas éticos que encontramos no trabalho de campo são, nesta medida, diferentes das preocupações éticas espelhadas nos procedimentos de revisão ética formais (RORIZ; PADEZ, 2017, p. 83-84). Com crianças, é o caso de pensar que aceitar participar não significa querer, o tempo todo, estar em participação.

Nas pesquisas, temos discutido bastante sobre os processos iniciais e de desenvolvimento, mas esquecemos de dialogar, muitas vezes, com a sua finalização. Sair do campo é, de igual modo, parte do processo, e um percurso que requer delicadeza e sensibilidade do pesquisador em relação às crianças. Temos pensado nas crianças ao finalizar a pesquisa?

No meu percurso, um dos modos de devolver às crianças e suas famílias parte dos resultados foi a construção de álbuns de fotografias. Ao pensar que as fotografias foram um recurso importante de aproximação, vinculação e construção de dados, devolvê-las, a partir da escolha das crianças e em construção conjunta, foi

também um modo de pensar uma saída cuja ruptura não fosse feita de forma abrupta e tivesse os mesmos cuidado e ética que os encontros propiciados no decorrer da pesquisa. Mesmo na saída do campo, as crianças colocaram seus desejos e vontades na forma de criar e construir os álbuns, desde a capa até a última página, devolvendo a mim outros elementos de análise, como participação e autoria naquilo que criavam.

É na experiência das relações que a vida acontece; e é nessas mesmas relações, principalmente entre as crianças, que algumas noções vão sendo entendidas e construídas. No percurso do pós-doutorado, por sua vez, as trocas têm sido com desenhos: as crianças têm pedido para que eu desenhe algo de que elas gostam, e eu envio, em formato de foto, pelo aparelho celular. Alguns pais têm pedido que eu envie a análise da pesquisa, e, com essa finalidade, enviei-lhes o link de acesso a um artigo publicado (PASTORE, 2020) e coloquei-me à disposição para dialogar sobre ele com quem tiver interesse. Terminar a pesquisa não significa não entrar mais em relação, mas ter um cuidado que vá ao encontro do que temos proposto como percurso metodológico e ético no fazer pesquisa com crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar com as crianças e interagir com seus mundos foi essencial para que o presente trabalho pudesse ocorrer, ao partilhar o dia a dia, não só nos ambientes institucionais, mas também nos lugares não formais. Paulo Freire (1989), nessa direção, afirma que, para que o trabalho estabelecido possa ser configurado em parceria com aquele que se estuda, a dialogia deve estar não só presente como atuante. Nesta forma de interação forma-se um campo ético “respeitando-se a individualidade da criança, seus valores e suas expectativas. Com autenticidade e verdade, coerência. O importante é saber por quem estamos fazendo opção e aliança” (FREIRE, 1989, p. 13).

Conceber um estudo com pessoas e, principalmente, com crianças é sempre delicado. Delicado no sentido de que a relação que se estabelece, a todo momento, é passível de modificações quanto à participação e aos modos de estar e de querer, ou não, permanecer na pesquisa. Com isso em vista, a relação de consentir foi, de



forma contínua, negociada. A participação – sua permanência ou interrupção – foi construída em constante diálogo e em respeito às decisões, buscando uma pesquisa que entendesse, de fato, as crianças e as pessoas participantes enquanto sujeitos e atores sociais, com poder de decisão.

Os desafios, dilemas e possibilidades de pesquisar com e sobre crianças devem considerar o fato de a pesquisa e os resultados serem para elas. É necessário que nossa leitura, como pesquisadores, etnógrafos, curiosos e interessados nos estudos das infâncias seja repleta de significado e sentidos que ultrapassem os momentos da pesquisa, mas que envolvam todo um conceitual sociocultural e comunitário que circula na vida das crianças em Moçambique. Lidar com as complexidades da pesquisa é compreender os modos de viver de cada criança singular e coletiva, em particularidades e pluralidades, em um momento amplo de saber-fazer, criar, partilhar, coproduzir, pesquisar.

Por fim, pontuo a importância dos estudos que dialogam com essas perspectivas e reflexões, e atento ao fato de que trabalhar com crianças é estar em tempos outros, não lineares, e que envolvem um cuidado da sua idealização à concretude. Há uma delicadeza que deve ser considerada, sem que o pesquisador seja ingênuo e afastado das realidades tantas que circundam o mundo das crianças. Fazer pesquisa com crianças, em tempos reais, é atender a todos os pontos e encontros, seja presencial ou de modo virtual, enfaticamente em tempos pandêmicos. Fazer pesquisa com crianças é aguçar a criatividade e tornar as distâncias mais próximas, pessoais, relacionais e humanas, produzindo sentidos e vida, enfaticamente nos aspectos éticos.



REFERÊNCIAS

ALDERSON, Priscilla. Children as Researchers. The Effects of Participation Rights on Research Methodology. In: JAMES, Allison; CHRISTENSEN, Pia (ed.). **Research with Children**. Perspectives and Practices. London/New York: Falmer Press, 2000.

BARROS, Denise Dias. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-97. 2004.

BARROS, Denise Dias; MARIANO, Esmeralda Celeste. Experiências que tangenciam o (in)visível e a mobilidade: etnografias em diálogo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n366982>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CANEVACCI, Massimo. **Sincrétika**: Explorações etnográficas sobre artes contemporâneas. Tradução Helena Coimbra Meneghelo. São Paulo: Studio Nobel, 2013.

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias. Um estudo da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, mai./ago. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view-File/15478/10826>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 60 p. (Coleção passo-a-passo).

CORSARO, William A. **The Sociology of Childhood**. London/New Delhi: Thousand Oaks/Pine Forge Press. 2005.

COSTA, Ana Bernard da. Educação escolar e estratégias de famílias dos subúrbios de Maputo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0339136.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

COSTA, Ana Bernard da. As crenças, os nomes e as terras: dinâmicas identitárias de famílias na periferia de Maputo. **Etnográfica**, v. VIII, n. 2, 2004, p. 335-354. Disponível em: <https://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3698/1/Etnogr%E2%80%Aofica%20vol_viii_N2_335-354.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.

FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 759-779, jul./set. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n66/1413-2478-rbedu-21-66-0759.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

FERREIRA, Manuela. ‘– Ela é a nossa prisioneira!’ Questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, v. 18, n. 2, p. 151-182, 2010.

FREIRE, Paulo. **Paulo Freire e educadores de rua**. Uma abordagem crítica. Projeto alternativas de atendimento aos meninos de rua. Bogotá, Colombia: UNICEF, 1989. (Série Metodológica).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 1987.



- GAIVA, Maria Aparecida Munhoz. Pesquisa envolvendo crianças: aspectos éticos. **Revista Bioética**, Brasília, n. 17, v. 1, p. 135-46, 2009. Disponível em https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/85/88. Acesso em 12 jun. 2020.
- HARTMANN, Luciana. Crianças contadoras de histórias: narrativa e performance em aulas de teatro. **Revista VIS**, Brasília, v. 13, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/vis.v13i2.14504>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- KRAMER, Sônia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200003>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- MARCUS, George E. Ethnography in/off the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95-117, 1995.
- NUNES, Angela. Infância, Migrações, Identidade e Diversidade Cultural: as crianças na diáspora portuguesa. *Boletim da FAPA*, p. 12-13, 2011.
- NUNES, Angela. **‘Brincando de ser criança’**: Contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da infância. 2003. 341 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2003.
- NUNES, Angela. **A sociedade das crianças A’uwe-Xavante**: por uma antropologia da criança. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional, 1999.
- PASTORE, Marina di Napoli. **Brincar-brinquedo, criar-fazendo**: entrelaçando pluriversos de infâncias e crianças desde o sul de Moçambique. 2020. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- PASTORE, Marina di Napoli. ‘Só se vive de verdade no campo’: notas etnográficas de uma pesquisa com crianças num povoado rural em Moçambique. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 51, p. 149-178, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i51.11620. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11620>>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- PASTORE, Marina di Napoli. **‘Sim! Sou criança eu’**: dinâmicas de socialização e universos infantis em uma comunidade moçambicana. 2015. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- PASTORE, Marina di Napoli. **Brincar-brinquedo, criar-fazendo**: entrelaçando pluriversos de infâncias e crianças desde o sul de Moçambique. 2020. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- PASTORE, Marina di Napoli; PIRES, Flávia Ferreira. Crianças moçambicanas em tempo de distanciamento. **Revista África(s)**, Alagoinha, v. 7, n. 13, p. 289-310, 2020.
- PIRES, Flavia F. Tornando-se adulto: uma abordagem antropológica sobre crianças e religião. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 143-164, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/xsshmHTcZvj3M7y64TPwVQx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2021.

PIRES, Flavia F. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Rev. Antropol**, São Paulo, v. 50, n. 1, jun. 2007. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0034-77012007000100006>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PRADO, Renata L. C.; VICENTIN, Maria Cristina G; ROSEMBERG, Flávia. Ética na pesquisa com crianças: uma revisão de literatura brasileira das ciências humanas e sociais. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, jan./abr., p. 43-70, 2018. Disponível em: DOI: 10.12957/childphilo.2018.30542. Acesso em: 12 jun. 2020.

PUNCH, Samantha. Possibilities for learning between childhoods and youth in the Minority and Majority worlds: Youth transitions as an example of cross-world dialogue. In: WYN, J.; CAHILL, H. (ed.). **Handbook of Children and Young Adulthood**. Singapore: Springer, 2015, p. 689-701.

PUNCH, Samantha. Multiple Methods and Research Relations with Children in Rural Bolivia. In: LIMB, M.; DRUYER, C. (ed.), **Qualitative Methods for Geographers**, London: Arnold, 2001, p. 165-180.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Secção I do artigo 7. **Boletim da República de Moçambique**, de 23 de janeiro de 2012.

RORIZ, Marta; PADEZ, Cristina. Research ethics regulations and its pitfalls for ethnographic practices. **Etnográfica**, Lisboa, v. 21, n. 1, p.75-95, 2017.

SEN, Hia. Do the ‘mollycoddled’ act? Children, agency and disciplinary entanglements in India. In: ESSER, F. et al. **Reconceptualising Agency and Childhood: new perspectives in Childhood Studies**. London: Routledge, 2019. p. 197-210.

TISDALL, E. Kay M.; PUNCH, Samantha. Not so ‘new’? Looking critically at childhood studies. **Children’s Geographies**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 249-264, ago. 2012.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Programa Educação: para cada criança, educação**. Maputo, Moçambique, 2017.

Recebido em: 15/06/2021

Aceito para publicação em: 26/01/2022

